

“IS THERE A TEXT IN THIS CLASS?” COMENTÁRIO AO TEXTO DE STANLEY FISH

Rafael Eugenio HOYOS-ANDRADE¹

- RESUMO: Apresenta-se aqui um comentário ao texto de Stanley Fish, cuja tradução aparece neste mesmo número da revista *Alfa*. Utilizando elementos de outros capítulos do mesmo livro, mostra-se que o Autor defende uma doutrina bem menos radical que aquela difundida em nosso meio por alguns intérpretes do famoso crítico literário. Acrescentam-se, porém, algumas considerações e distinções que, na opinião do comentarista, tornariam a teoria de Fish menos sujeita a interpretações radicais.
- UNITERMOS: Texto; dimensão espaço-temporal do texto; significado-designação-e-sentido; diferentes tipos de texto; o texto como significante; Filologia.

Segundo consta do seu livro (1980, p. 1), Stanley Fish já se perguntava em 1970 se a fonte do significado estava no texto ou no leitor. Ao descobrir que esta pergunta supunha que texto e leitor são entidades que podem ser mantidas à parte, o famoso crítico literário passou a contestar essa separabilidade e a auto-suficiência do texto, a partir da constatação da dimensão temporal deste último: o texto seria, mais do que uma estrutura espacial, um construto temporal (ele se constrói à medida que é escrito/lido/ traduzido).

Essa arguta observação de Fish não leva, porém, à destruição do texto, como sugerem alguns pretensos discípulos de Fish, mas a dar maior importância ao papel do leitor. Eis as suas próprias palavras: “Dá-se agora ao leitor uma responsabilidade conjunta pela produção do significado, redefinido ele mesmo como um evento [= dimensão temporal] mais do que como uma entidade [= dimensão espacial]”. (p. 3)

O significado não é pois “a propriedade [exclusiva] do texto”; ele é fruto da “interação entre o texto, concebido como uma sucessão de palavras, e a resposta, em desenvolvimento, do leitor” (p. 3). É óbvio que não se trata da resposta do leitor a um significado pretensamente encerrado no texto, mas da resposta como aspecto integrante do próprio significado.

1. Departamento de Linguística – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP – 19800 – Assis – SP.

Parece-nos que esta análise de Fish é perfeitamente aceitável, pois não é outra coisa o que acontece num processo de comunicação qualquer: o significado que finalmente 'chega' ao destinatário é fruto da participação de dois ou mais interlocutores. Esse significado, como diz Stanley Fish em mais de um lugar, supõe uma "comunidade interpretativa". Noutros termos, e em consonância com a Teoria da Comunicação, a produção conjunta do significado supõe um repertório pelo menos parcialmente comum (no sentido amplo que tem esse termo em T. da C.). Nada de revolucionário nem de radical nesta maneira de ver o processo comunicativo, seja ele escrito ou oral.

O que me parece radical, na opinião de certos estudiosos do assunto, é chegar tão apressadamente à conclusão de que o texto é uma entidade fantasmagórica e, nesse sentido, inexistente. Chega-se com demasiada facilidade a essa polêmica conclusão a partir da verificação de que não é possível apreender a intencionalidade do escritor (emissor) nem o significado exato que o texto tem ou tinha para o seu autor. Ninguém, que saibamos, insiste na necessidade de que a mensagem recebida pelo destinatário seja em todo idêntica à mensagem enviada pelo emissor, entendendo aqui mensagem como o *conteúdo* do processo comunicativo em questão. Que não seja idêntica não significa, porém, que ela seja totalmente recriada/criada pelo receptor/leitor. É aqui onde aparecem as posturas radicais, inclusive em algumas das afirmativas do próprio Stanley Fish... Nega-se assim ao texto toda e qualquer participação na produção do significado. Postura esta tão radical quanto a dos que imaginam serem os textos escritos entidades possuidoras de significados fixos, permanentes e interpretáveis em um único sentido.

Parece-nos que a atitude de Fish, se lermos cuidadosamente o seu *Is there a text in this class?* e o apreciarmos globalmente, é a de um teórico equilibrado que evita os extremos. As próprias palavras usadas no prefácio do seu livro revelam-nos claramente essa postura:

A resposta que este livro dá à pergunta formulada no título é "existe e não existe" [um texto nesta 'classe'²]. Não existe texto nesta nem em nenhuma outra 'classe' se por texto se entende o que E. D. Hirsch e outros pretendem, a saber, "uma entidade que permanece sempre a mesma de um momento para outro" (*Validity of Interpretation*, p. 46); mas existe um texto nesta e em qualquer 'classe' se entendermos por texto a estrutura de significados que é óbvia e inevitável desde a perspectiva de quaisquer pressuposições interpretativas que estiverem em vigor." (p. VII)

Assim como ninguém pode negar que uma conversa entre duas pessoas seja um *processo* e não uma entidade, o texto – que, além de uma dimensão espacial aparente, possui uma dimensão temporal incontestável – deve ser também concebido como um processo e, neste sentido, Stanley Fish tem razão: o texto não deve ser concebido como uma entidade fixa, sempre igual a si mesma. Como todo texto, porém, o texto de Fish também está sujeito à interpretação do eventual leitor...

2. Conservamos o termo 'classe' para evocar e manter, de algum modo, a ambigüidade polissêmica aludida em nota no texto da tradução.

Queremos dizer que o texto de Fish admite várias interpretações e estamos certos de que o próprio Fish nos daria razão, a partir das suas próprias asserções: o significado do texto depende tanto das palavras do próprio texto (sendo todo texto "uma seqüência de palavras") quanto da resposta que essas palavras suscitam no leitor/interprete, resposta essa que nada mais é do que um elemento constitutivo do significado final atribuído ao texto: o significado é um processo em cujo desenvolvimento colaboram tanto o próprio texto quanto o seu leitor. Esse leitor, queiramos ou não, está ligado ideológica e afetivamente a uma determinada comunidade interpretativa, ou seja, a uma determinada maneira de ver o mundo e, portanto, de construir a significação.

Nada de extravagante, repetimos, nesse posicionamento, nessa interpretação. Mas, assim como o próprio Fish concede que, em se tratando de obras literárias, há interpretações *inaceitáveis*, pelo menos em determinada época e para determinada comunidade, acreditamos que os textos históricos – ou ligados intimamente à história –, por exemplo, excluem *permanentemente* determinadas interpretações, ou seja, *devem ser interpretados sempre de uma determinada forma*. É possível que esta última afirmativa extrapole os ensinamentos do autor comentado, mas achamos pertinente essa extrapolação (embora concordemos substancialmente com a doutrina de Fish) pelas razões seguintes:

1ª) Fish refere-se especificamente ao *texto literário* e, inclusive, ao texto poético. Todo mundo sabe que é característica do texto literário ser, por natureza, *obra aberta* a sempre novas leituras/interpretações/traduições.

2ª) Fish não distingue, clara e sistematicamente, entre diferentes tipos de textos e não sabemos, portanto, se a sua doutrina se aplica de forma indiscriminada a quaisquer tipos de enunciados que possam ser chamados textos, como, por exemplo, receitas de cozinha, normas para montagem de determinados artefatos, relatos autobiográficos, letreiros destinados a disciplinar o trânsito, instruções para inflar o colete salva-vidas a bordo de um avião, contratos de compra e venda, descrição de uma determinada reação química a ser produzida no laboratório, instruções para o preenchimento de declaração do imposto de renda etc.

3ª) Fish não distingue (nem os seus seguidores no Brasil o fazem) entre *significado*, *designação* e *sentido*, como o faz, por exemplo, Eugenio Coseriu (1977, p. 220). Esta distinção pode, a nosso ver, contribuir positivamente para precisar o 'sentido' em que se diz, por exemplo, que o texto 'inexiste' ou que é 'intraduzível'. Não convém esquecer que Fish não é propriamente lingüista mas professor de inglês e crítico literário. Não se deve estranhar, portanto, que não lhe sejam familiares essas distinções que dizem respeito à semântica lingüística. O que realmente espanta, porém, é que professores universitários que se dizem lingüistas não pareçam ter percebido que a simples ignorância dessa distinção é uma fonte de problemas e mal-entendidos. Com efeito, num texto qualquer podemos distinguir o seu *significado*, em termos da língua em que está redigido; a *designação*, ou 'os objetos' – entidades

de primeira, segunda ou terceira ordem: 'coisas', 'eventos' ou 'abstrações' (Lyons, 1977, p. 74) –, e o *sentido*, o significado que esse texto assume *hic et nunc* em função da sua natureza e das suas circunstâncias. A qual desses termos alude Fish quando fala do 'significado' do texto?

Essa distinção permite-nos manter que determinados textos devam ser interpretados *sempre*, na medida do possível, *da mesma forma*. Falamos especificamente de textos históricos em que a *designação* é essencial para o entendimento do texto. Por diversas que possam ser as leituras/interpretações/traduições de um texto histórico, ou seja, de um texto em que se descrevem acontecimentos realmente sucedidos e que deixaram a sua marca permanente na história da humanidade, por exemplo, a Revolução Francesa, existirá sempre o aspecto designativo desse texto que alude sempre às mesmas pessoas, aos mesmos acontecimentos – às mesmas relações estabelecidas – por força dos acontecimentos – entre as pessoas, entre as pessoas e as instituições, entre as pessoas e os acontecimentos etc. Se a comunidade 'interpretativa' a que pertence o leitor distancia-se muito, no tempo, no espaço e na ideologia, dos acontecimentos narrados e dos seus personagens, é óbvio que uma leitura científica do texto levará a interpretações que podem divergir radicalmente da realidade dos fatos. Para evitar esse afastamento, esse 'estranhamento', faz-se necessária uma preparação prévia que permita a 'correta' interpretação do texto. Refiro-me, neste caso, não às interpretações mais ou menos subjetivas, que todo historiador fornece com relação aos fatos narrados, mas aos fatos em si mesmos que foram ou são do domínio público: pelo menos esses fatos, *o acontecido*, não estão abertos a diversas interpretações, por dissiméis que sejam os leitores desses acontecimentos. Um exemplo poderá ilustrar melhor este ponto. Na descrição histórica de uma batalha, por exemplo, a de Waterloo, *não estão sujeitos à interpretação* os dados (de domínio público) relativos às forças em confronto, aos personagens que dela participaram, ao número de mortos, aos resultados imediatos da batalha etc. Não vemos como, com relação a esses dados e a outros semelhantes, o leitor "contribua à construção do significado", que aqui ganha uma significação *designativa*; a narração de fatos é comparável a uma cena de reportagem filmada: os *designata*, sejam eles 'objetos' ou 'ações', são ininterpretáveis na sua condição de *designata*.

4ª) Outra noção, aparentemente desconhecida de Fish e de seus seguidores, é a de que o texto, *na sua realidade física*, é um mero significante. Noutros termos, passa-se por cima da noção de *signo*, tão importante na compreensão dos fenômenos da linguagem humana. Supomos que até os mais radicais defensores de que o texto é *um fantasma*, uma *aparência*, não neguem que essa aparência permanece incólume ao longo do tempo. Ou seja, o texto continua sendo *fisicamente* o mesmo e, muitas vezes, em sentido estrito: por exemplo, um determinado livro, impresso em 1600 e que sobrevive ainda hoje, na realidade concreta, aos embates do tempo, oferece-nos fisicamente os *mesmos textos* que foram nele impressos há quase 400 anos. Obviamente estamos referindo-nos ao *significante gráfico* dos textos. O que está em jogo é se esses textos, como *signos*, ou seja como "significantes portadores de significado",

continuam sendo *os mesmos*. Noutros termos, trata-se de saber se o significado 'veiculado' por esses significantes é o mesmo ou, melhor ainda, se esses textos tiveram alguma vez um significado totalmente independente dos seus eventuais leitores/intérpretes/tradutores. Na medida em que todo texto é, mais do que uma entidade física, um *processo significativo-comunicativo* e que a significação/comunicação supõe um destinatário que acolha, leia, interprete, traduza os significantes pretensamente 'portadores' dessa significação, parece óbvio que os textos como *signos*, como eventos significativos, dependem tanto dos seus significantes (as 'palavras' escritas ou pronunciadas) quanto dos seus receptores, na construção do significado que esses textos pretendem veicular.

Na medida, pois, em que a significação – na sua tripla dimensão de *significado*, *designação* e *sentido* – não é uma realidade física nem espacial mas um *evento temporal* (as palavras só significam durante os breves instantes em que são interpretadas!), ela está sujeita evidentemente às diferentes interpretações da comunidade interpretativa a que pertença o leitor/intérprete/tradutor.

Essa afirmativa, porém, não pode ser tomada em termos absolutos, já que os textos, especialmente os de natureza não literária mas doutrinária e/ou científica, tiveram ou têm, no momento em que foram ou são produzidos, um determinado sentido em virtude da intencionalidade do autor. Isso achamos que não pode ser negado: que o autor de um texto, particularmente de um texto de natureza doutrinária e/ou científica, deseja veicular um determinado sentido que corresponde à sua intencionalidade criadora de textos. Problema diferente, mas fundamental no assunto que nos ocupa, é saber se o receptor dessa mensagem, não obstante a distância temporal e/ou cultural, terá condições de recuperar o sentido original do texto. Achamos que é obrigação do leitor (quando se tratar de assuntos que não sejam meramente literários) pôr os meios ao seu alcance para conseguir essa difícil recuperação. Para isso serve, entre outras disciplinas, a Filologia.

HOYOS-ANDRADE, R. E. "Is there a text in this class?" Comments on Stanley Fish's text. *Alfa*, São Paulo, v. 36, p. 207-212, 1992.

- **ABSTRACT:** *We offer here some comments on Stanley Fish's chapter, whose translation into Portuguese is published in this same issue of Alfa. With the help of information, taken from other chapters of the same book, we try to show that the Author defends a less radical doctrine than that being spread among us by some interpreters of the famous literary critic. We add, besides, some considerations and distinctions that, in our opinion, would make Fish's theory less subject to radical interpretations.*
- **KEYWORDS:** *Text; spatial-and-temporal dimension of text; meaning-reference-and-sense; different types of text; the text as 'signifiant'; philology.*

Referências bibliográficas

- COSERIU, E. Lo erróneo y lo errado en la teoría de la traducción. In: _____. *El hombre y su lenguaje*. Madrid: Gredos, 1977.
- FISH, S. *Is there a text in this class?: the authority of interpretive-communities*. Cambridge: Harvard University Press, 1980.
- LYONS, J. *Semantics*. London: Cambridge University Press, 1977.